

UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, POLÍTICA E IDEOLÓGICA

(A critical discourse analysis, political and ideological)

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto¹

Claudiana Nogueira de Alencar²

(Universidade Estadual do Ceará - UECE)

ABSTRACT

This article delineates the theoretical and conceptual framework ideology in Critical Discourse Analysis (ADC), more specifically at work of N. Fairclough, to undertake a reading that can problematize the term that justifies the critical of this approach the discourse. Based on the reconstruction the narrative of the negative concept of ideology, which converged to how the ADC searched think it, the research shows: definition, location, nature and analytical tract of the concept formulated in the discipline. Finally, the study indicates that the term, although essential to the political project of social transformation of ADC, means an epiphenomenon, whereby this discourse analysis is presented as a not ideological critique of ideology.

Keywords: *Ideology. Discourse Analysis. Critical.*

RESUMO

O artigo delinea o quadro teórico-conceitual da ideologia na Análise de Discurso Crítica (ADC), mais especificamente na vertente desenvolvida

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com graduação em Letras (2011) pela mesma instituição. Atua, especialmente, nos seguintes temas: escândalo político, democracia, mídia, esfera pública e política. Desenvolve pesquisas nas áreas de análise de discurso crítica, de ciência política e de teoria política e social crítica.
2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tem pós-doutorado em Semântica e Pragmática (2010) e mestrado (2000) e doutorado (2005) em Linguística pela UNICAMP. Suas pesquisas focam os estudos da cultura, do gênero, da violência e dos movimentos sociais, sob os conceitos de gramática cultural, de jogos de linguagem e de descolonialidade.

por N. Fairclough, com o objetivo de empreender uma leitura por que se possa problematizar o termo que justifica a crítica dessa abordagem do discurso. Partindo da reconstrução lógico-narrativa do conceito negativo de ideologia, que convergiu para o modo como a ADC dispôs-se a pensá-la, apresenta-se a concepção formulada na disciplina, considerando: definição, localização, natureza e trato analítico. Ao final, a pesquisa indica que o termo, embora imprescindível para o projeto político de transformação social da ADC, significa um epifenômeno, em virtude do qual esta análise de discurso lança-se como uma crítica (alheia) à ideologia.

Palavras-chaves: Ideologia. Análise de Discurso. Crítica.

Introdução

*Quando um processo
é denunciado como “ideológico por excelência”,
pode-se ter certeza de que seu inverso não é menos ideológico.
(Slavoj Žižek)*

Neste artigo, delinea-se o quadro teórico geral da ideologia dentro da Análise de Discurso Crítica (ADC), mais especificamente da Teoria Social do Discurso, vertente desenvolvida pelo linguista Norman Fairclough. O objetivo é empreender uma leitura por que se possa problematizar, mais séria e cuidadosamente, o termo que justifica a crítica dessa abordagem teórico-metodológica do discurso.

Diante do propósito deste trabalho, uma objeção possível já sublinha, com alguma desconfiança, o motivo do esforço que, aqui, empenhamos: ideologia, hoje? A expressão que fora engendrada no século XVIII, no interior do projeto iluminista de uma ciência positivista, certamente chegou, senão ao seu próprio fim, ao menos à crise de sua eficácia e de sua atualidade, na sociedade contemporânea. Ao contrário daqueles que concordam com essa ideia, pensamos que o momento em que a ideologia está em crise, ausente ou distante do que ocorre na vida real, é, com precisão, o instante em que mais estamos escravizados a ela. Este o epítome de que parte nossa discussão.

Nessa perspectiva, procuramos dar alguma contribuição, em termos teóricos, ao debate acerca da definição e da articulação da ideologia na ADC. Como veremos, dois aspectos importantes envolvidos nessa questão são, primeiro, saber se a ideologia diz respeito apenas às formas simbólicas que servem para estabelecer e para sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder e, segundo, reconhecer ou não como ideológica a crítica da ideologia na prática da análise do discurso. Para pensarmos juntos tais problemáticas, organizamos a investigação, neste artigo, em quatro momentos.

Inicialmente, dedicamo-nos à reconstrução lógico-narrativa da concepção crítica ou negativa de ideologia, que convergiu para o modo como a ADC, a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo linguista N. Fairclough, seu principal expoente, dispôs-se a pensá-la. A seguir, apresentamos o conceito de ideologia articulado no interior da análise de discurso considerada, observando a definição, a localização, a natureza e o trato analítico que o caracterizam na disciplina, em distintas etapas de seu amadurecimento. Depois, exploramos, mais minuciosamente, o modo pelo qual a ideologia, embora imprescindível para o projeto político de transformação social abraçado pela ADC, que o diferencia das demais ciências voltadas para o fenômeno linguístico, situa-se às margens de seu contexto, ao ser tratada como um epifenômeno. Ao final, discutimos a natureza irremediavelmente política e ideológica da ADC, bem como de toda e qualquer análise de discurso, a partir de uma reflexão acerca de uma crítica radical da linguagem e da mudança social.

1. Breve história do conceito negativo de ideologia: a caminho da ADC

A inscrição crítica ou negativa da ideologia inicia-se com Napoleão Bonaparte, em seu esforço para malograr a criação de uma ciência interessada em analisar as faculdades intelectuais humanas, a Ideologia, elaborada por Destutt de Tracy, em *Eléments d'Idéologie* (1817). No entanto, a crítica da ideologia só ganha pulso a partir

do trabalho desenvolvido por Karl Marx, que, na segunda metade do século XIX, buscou tratá-la dentro de um referencial teórico distinto e de um novo programa político, tornando o conceito um instrumental imprescindível para a análise da sociedade. De lá para cá, os estudos críticos da ideologia percorreram um caminho tão longo quanto sinuoso, de maneira tal que, neste trabalho, detenhamo-nos a mapear apenas os quatro momentos da história negativa do conceito considerados relevantes pela ADC.

Começamos com a definição segundo a qual a ideologia é, simultaneamente, linguagem e inversão fantasmática da vida real. O homem como ser social e o primado da economia são as premissas fundamentais de que Marx lança mão para pensar a ideologia. Antes de explorá-las, porém, faz-se útil esclarecer como o filósofo alemão compreende duas noções que precedem tal discussão: natureza e consciência.

Primeiro, contrariando Feuerbach, para quem a natureza é “o primeiro, o originário, o que produz tudo de si e não pode ser pensada como produzida” (FEUERBACH, 1967, apud CHAGAS; REDYSON; PAULA, 2009, p. 38), Marx esclarece que a “unidade do homem e da natureza existiu sempre na indústria e se apresentou, em cada época, sob formas diferentes, consoante o desenvolvimento maior ou menor dessa indústria” (MARX; ENGELS, 1999, p. 27). Segundo, enquanto Hegel postula que o conhecimento de um objeto, isto é, da própria natureza, é já autoconhecimento – ou que “a consciência é, igualmente, o ser-suspenso de ambas a consciência e a autoconsciência” (HEGEL, 1986, p. 189), Marx defende que a consciência é “um produto social” (MARX; ENGELS, 1999, p. 34).

Compreendendo, então, que a essência humana é, em sua efetividade, o conjunto das relações sociais e que estas se consistem no trabalho dos homens sobre a natureza, Marx conclui que a “produção de ideias, de representações e da consciência está, em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens” (MARX; ENGELS, 1999, p. 20). Nesse sentido, a ideologia é tanto linguagem quanto inversão da vida real, à medida que, se nela os homens e as suas relações surgem invertidos, tal como

acontece numa câmara obscura, “isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se formam na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 1999, p. 21).

Esta imagem de inversão da realidade aponta para a ideia de que a formação ideológica (moralidade, religião, metafísica, etc.) tem a aparência de existir autonomamente (MARX; ENGELS, 1999), uma vez que co-funde consciência e existência. Essa problemática será, mais minuciosamente, pesquisada pelo filósofo L. Althusser, nas décadas de 60 e 70 do século XX, época em que o estruturalismo desenvolve-se plenamente.

Althusser renova os estudos da ideologia, ao propor uma leitura sintomal de Marx. A partir de uma articulação epistemológica e filosófica entre a teoria marxista, em que a ideologia é tratada como um “*bricolage* imaginário” (ALTHUSSER, 1985, p. 83), e a psicanálise, especialmente a lacaniana, Althusser desenvolve uma teoria da ideologia em geral³, segundo a qual há uma identificação entre a estrutura formal da ideologia e a do inconsciente: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que “os homens ‘se representam’ na ideologia, o que nela é representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 87).

Nessa perspectiva, o ponto de interseção que realiza o elo entre o indivíduo e a sua vida social, bem como entre o inconsciente e a ideologia, é, precisamente, o da constituição do sujeito. Dado que “1) só há prática através de e sob uma ideologia e que 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 93), a constituição deste é, sobretudo, sua interpelação como tal. A interpelação dá-se, então, pelo reconhecimento do indivíduo como sujeito, conforme ocorre na fase do espelho, em que a relação entre organismo e realidade, “filtrada através de um prisma de inversão”

3. A teoria da ideologia em geral classifica-se assim em oposição à teoria das ideologias particulares, porque está interessada em compreender o mecanismo pelo qual se dá a reprodução das relações de produção, sem foco sobre ideologias específicas, expressões de posições de classe.

(MULLER; RICHARDSON, 1982, p. 31), como coloca Marx, caminha, segundo J. Lacan, em direção à estrutura.

A interpelação teria a função de “conduzir sua auto-sujeição ao sistema dominante e, por essa via, assegurar a reprodução social em seu conjunto” (LACLAU, 1979, p. 106). Assim, a ideologia é algo imaginário, no sentido psicanalítico do termo, e material, à medida que se manifesta em um aparelho ideológico de estado (AIE), que “prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas que existem nos atos materiais de um sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 92). Embora Althusser tenha mencionado, para dar alguns exemplos das diferentes modalidades de ideologia, os tipos “discurso verbal interno (a consciência) e discurso verbal externo” (ALTHUSSER, 1985, p. 93), não explorou bem em que se consiste essa materialidade discursiva. Quem o fará será M. Pêcheux. O filósofo segue relativamente na mesma direção de M. Bakhtin (2007, p. 31) – pioneiro na teoria semiótica de ideologia e, por isso, uma referência à ADC – que reconhece o discurso como a materialidade ideológica principal, à medida que, “sem signos, não existe ideologia”.

Ainda na década de 60, Pêcheux desenvolve a Análise Automática do Discurso (AAD), um método que surge de uma articulação bem engendrada entre marxismo, psicanálise e estruturalismo, com o objetivo de fornecer um instrumental científico às ciências sociais. Retomando Althusser, Pêcheux compreende que os AIEs são lugares em que as lutas e os antagonismos sociais articulam-se em torno de formações ideológicas (FIs), isto é, em um conjunto complexo de “atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166, grifo do autor).

As FIs são compostas, desse modo, por formações discursivas (FDs), termo criado por M. Foucault, que determinam, nesses contextos, “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor). Duas evidências são, portanto, fundamentais para o modo como Pêcheux concebe a ideologia: a produção do sentido e a constituição do sujeito. O processo de interpelação ideológica cria as

ilusões de transparência da linguagem e de liberdade do indivíduo, em virtude das quais se mascara o caráter material do sentido, isto é, sua natureza ideológica (e aqui reconhecemos a influência de J. Lacan para os estudos do discurso em geral). Os sentidos são construídos a partir de posições ideológicas – as quais os indivíduos são interpelados a ocupar por reconhecimento, tornando-se sujeitos – posições que estão inseridas “no processo sócio-histórico no qual palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Com os holofotes do estudo da ideologia redimensionados para os eventos discursivos, Pêcheux já indica a natureza heterogênea e contraditória do discurso, ao entendê-lo como “o sinal potencial de um movimento nas filiações sócio-históricas da identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, tais filiações” (PÊCHEUX, 1988, apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 57). No entanto, a ênfase do filósofo na determinação ideológica dos sujeitos e na produção de sentidos como reprodução de uma estrutura ainda não dá espaço para uma visão dialética de ideologia, que acorda com o projeto crítico de transformação social da ADC. Nessa direção, a partir dos anos 90 do século XX, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo sociólogo britânico J. B. Thompson.

Ao apoiar-se na concepção marxista de ideologia, Thompson recupera um critério de negatividade que, em sua opinião, perdeu-se com as novas investidas de neutralização do termo: “o critério de sustentação das relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 76). As acusações levantadas em relação à ideologia, que a julgaram como errônea, fantasmática, ilusória ou obscura, dizem respeito, antes, a “possibilidades contingenciais, e não a características necessárias da ideologia como tal” (THOMPSON, 1995, p. 76), de modo que ela deve ser encarada segundo os termos que definem sua abordagem propriamente crítica/negativa: poder e sentido.

Disso, decorre a concepção de ideologia como “o sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1995, p. 16), segundo a qual as formas simbólicas são um “espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e por outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79) e que, sendo assim, tais formas tornam-se ideológicas somente quando, em

contextos históricos específicos, são mobilizadas para estabelecer e para sustentar relações de dominação.

De um lado, ao enfatizar as relações de poder, Thompson não compartilha da tese vencida da luta de classe como eixo estrutural da sociedade. Ele está preocupado em mostrar que, além da diferença de classe, há outras formas de desigualdade e de exploração a que as ideologias servem, como as tensões de gênero e de etnia. De outro lado, ao chamar atenção para as formas simbólicas, o sociólogo procura evidenciar que elas são constitutivas da realidade social⁴ e que estão envolvidas na criação e na reprodução de relações e de práticas.

Há, ainda, um terceiro aspecto da reformulação da ideologia por Thompson, que fornece não apenas um horizonte teórico, à luz do qual se deve pensar a ideologia, mas também uma orientação metodológico-analítica, que sugere examiná-la a partir dos seus modos de operação principais: a legitimação, que se dá, em geral, com a mobilização das estratégias de racionalização, de universalização e de narrativização; a dissimulação, cujas estratégias fundamentais são a eufemização, o deslocamento e o tropo; a unificação, que ocorre por meio da construção simbólica de identidades coletivas; a fragmentação, que, ao contrário do modo de operação anterior, lança mão das estratégias de diferenciação e de expurgo, pelas quais se segmentam grupos e criam-se ameaças; e, enfim, a reificação, que procura tornar natural, permanente ou atemporal uma situação ou um acontecimento situados (THOMPSON, 1995, p. 81).

Esse modo de pensar a ideologia, a partir dos aspectos das relações de poder, das formas simbólicas e dos modos de operação mais comuns, afina bem com os propósitos da ADC. Ao destacar as formas simbólicas como (re)produzidas por pessoas, nos contextos de suas vidas, e ao conceber as ideologias como construções significativas e contingenciais, o conceito formulado por J. B. Thompson sublinha precisamente o que a ADC empenha-se para evidenciar: a agência dos sujeitos e a possibilidade de mudança social.

4. Thompson (1995, p. 78) afirma que as formas simbólicas são “constitutivas da realidade social e estão ativamente envolvidas tanto em criar como em manter as relações entre pessoas e grupos”.

2. O conceito de ideologia desenvolvido na ADC

Na ADC, mais especialmente na Teoria social do discurso, o conceito de ideologia desenvolvido sustenta-se sobre o arrimo da concepção crítica formulada por J. B. Thompson. Nesta seção, descrevemos como a ideologia é articulada no interior da ADC, em diferentes fases da disciplina, considerando: a definição, a localização, a natureza e o trato analítico que a caracterizam nesse contexto.

Em *Language and Power* (1989, p. 84), Fairclough afirma que “a ideologia deve ser considerada como essencialmente vinculada a relações de poder”, consistindo-se num senso comum que procura manter as assimetrias dessas relações. Com base nessa asserção, posteriormente, em *Discurso e mudança social*, o linguista entende que as ideologias só surgem “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121), de forma que os processos ideológicos precisam ser compreendidos como “significações/construções da realidade [...] que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A partir dessa definição, ainda de acordo com a concepção tridimensional e dialética do discurso (texto, prática discursiva e prática social), formulada em 1992, Fairclough observa que as práticas discursivas, que envolvem os processos de produção, de distribuição e de consumo de textos, “são formas materiais de ideologia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). Logo, a ideologia está situada tanto nas estruturas, sob as formas de ordens de discurso⁵, como desejaram as análises sociais *macro*, quanto nos eventos discursivos, ou nos textos, como defendeu a Linguística Crítica, sob as formas de

5. As ordens de discurso referem-se aos procedimentos, presentes em toda sociedade, de controle da produção, da seleção, da organização e da (re) distribuição do discurso, com o intuito de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

metáforas, por exemplo. Ao esclarecer que a ideologia está embutida e é formada nas práticas discursivas, Fairclough (2001, p. 117) chama atenção para o fato de que estas práticas têm a luta ideológica como uma de suas dimensões. No ponto de interseção entre as práticas sociais e os textos, as práticas discursivas não são apenas um lugar de construção de ideologias, mas, especialmente, de sua desconstrução, um espaço de transformação das relações de assimetria.

Esse aspecto enfatizado por Fairclough (2001), que o particulariza em relação a Althusser e a Pêcheux, procura evitar o privilégio sobre a perspectiva da reprodução da ideologia, seu caráter estável e a primazia do movimento da estrutura para os eventos. Com base nas concepções de hegemonia, encontrada em A. Gramsci, de prática social, conforme colocada por D. Harvey, e de vida social como sistema aberto, defendida por R. Bhaskar, em *Discourse in late modernity*, Fairclough e Chouliaraki (1999, p. 35) reconceitualizam o discurso como um momento da prática social, um elemento que é articulado dentro de “maneiras habituais, vinculadas a determinado tempo e espaço, através das quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem sobre o mundo em conjunto” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Assim inspirado, em *Analyzing discourse*, Fairclough (2003) passa a considerar o discurso como modos simultâneos de agir, de representar e de identificar. A mudança, no entanto, não alterou o conceito de ideologia; ao contrário, explanou-o melhor. Mantiveram-se, assim, o princípio de que as ideologias investem os discursos em todas as suas dimensões e a concepção de que elas “são representações de aspectos do mundo que podem ser apresentados para estabelecer e manter relações de poder, de dominação e de exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218).

Assim significada e localizada, a ideologia tem sua natureza definida em termos de três características principais, que permanecem ao longo do caminho por que a discussão sobre o conceito atravessa na ADC.

Primeiro, “a ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85). Isso significa dizer que sua eficácia consiste-se “em sua naturalização” (FAIRCLOUGH, 2001,

p. 117), como destacaram os demais críticos da ideologia, na seção anterior. Essa propriedade de estabilidade é especialmente importante para pensar a hegemonia, tal como formulada por Gramsci (1971), à medida que “buscar ser hegemônico é tentar universalizar significados particulares, com o intuito de alcançar e de manter a dominação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 59).

A ideologia é, logo, uma dimensão imprescindível da hegemonia. Dado o caráter estável, automático e (quase) invisível da ideologia, “não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de suas práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120). Por isso, Fairclough lança mão da conscientização crítica dos processos ideológicos no discurso como uma espécie de antídoto contra a ideologia: se alguém se torna consciente de um aspecto particular do “senso comum que sustenta desigualdades de poder à própria custa, ele deixa de ser senso comum e pode perder a capacidade de sustentar relações de poder desiguais, isto é, sua capacidade de funcionar ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

As problemáticas da naturalização e da consciência ligam-se, então, à segunda característica da ideologia, que, para Althusser, foi ignorada durante muito tempo nos estudos do discurso: o papel dos processos ideológicos na constituição dos sujeitos, mediante processos de interpelação. É uma tese pertinente, mas tem uma falha, em que está, com precisão, a possibilidade de mudança social enfatizada por Fairclough (2003, p. 160): os sujeitos “não são apenas preposicionados na forma como eles participam de eventos sociais e de textos, eles também são agentes sociais”. Assim, ao contrário da discussão elaborada por Althusser, o linguista foca sobre a sujeição contraditória, quando “uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em direções diferentes” (FAIRCLOUGH, 2011, p. 121). Essa é, então, a condição principal de práticas conscientes e transformadoras.

Disso, decorre a asserção de que as ideologias, enquanto representações de aspectos do mundo (e, assim, na forma de discursos) que criam ou mantêm relações de poder, podem ser legitimadas em modos de agir socialmente (e, portanto, em gêneros) e inculcadas nas

identidades dos agentes sociais (e, logo, em estilos). Nesses termos, a terceira característica das ideologias é que elas são efeitos de textos como elementos de eventos sociais, de acordo com os três significados do discurso. Mesmo quando da concepção tridimensional do discurso, Fairclough (2001, p. 289) já visualizava esse aspecto, quando dizia que os principais efeitos ideológicos dos discursos são “sistemas de conhecimento e crença, relações sociais e identidades sociais”. Nessa direção, Fairclough (2003, p. 10) sugere que a análise textual precisa ser enquadrada numa análise social que considera os *corpora* de textos em termos de seus efeitos sobre as relações de poder.

Assim definida, situada e caracterizada, a ideologia é, então, tratada, dentro da abordagem teórico-metodológica da ADC, de formas relativamente diferentes, em dois momentos distintos.

Inicialmente, em *Discurso e mudança social*, a ideologia é uma dimensão analítica do estudo do discurso como prática social, ao lado da hegemonia. Embora Fairclough (2001) compreenda que a ideologia constrói-se e materializa-se nas práticas discursivas, ela é concebida como categoria da prática social, porque sua investigação tem o objetivo geral de “especificar a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é, e os seus efeitos sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289).

Logo, o linguista propõe que a ideologia e a hegemonia sejam observadas em termos: da matriz social do discurso, a partir da qual se deve especificar como a instância da prática social e discursiva investigada envolve-se com estruturas e com relações (se de modo convencional ou criativo, por exemplo); das ordens de discurso, cujo objetivo é observar a ligação da instância com as ordens de discurso que ela delinea, com foco sobre as tendências de larga escala, como a democratização e a tecnologização; e, enfim, em termos dos efeitos ideológicos e políticos do discurso, citados mais acima.

Atualmente, a ideologia é tratada, na ADC, como tema de pesquisa, ao lado de questões como mudanças de espaço e de tempo associadas à globalização, hibridismo, cidadania e espaço público (FAIRCLOUGH, 2003, p. 07). Seguindo o enquadre metodológico-

analítico da ADC (FAIRCLOUGH, 1999, p. 60), elaborado com base na Crítica Explanatória de Bhaskar (1998) e na Linguística Sistêmico-Funcional, principalmente nos trabalhos de M. Halliday (1970, 1994) e de M. Halliday e R. Hasan (1989), a análise da prática social particular é especialmente importante para investigar a ideologia. Esta etapa da pesquisa volta-se para a relação dialética entre o discurso e os outros momentos da prática examinada, em que os processos de internalização e de articulação são estratégias de (lutas pelo) poder. Como a ideologia é uma das principais maneiras de instaurar e de sustentar a hegemonia, sua investigação no nível da análise da prática social particular pode ser melhor realizada em parceria com os modos de operação da ideologia de Thompson (1995).

Mas questões de poder não se ligam apenas às práticas particulares. Elas estão vinculadas também à conjuntura, de maneira que a análise da ideologia pode ser feita do ponto de vista das relações entre o momento do discurso de diferentes práticas e as diferentes ordens de discurso. Do mesmo modo, as lutas de poder ligam-se ao discurso, no sentido mais estrito do termo. Neste caso, a ideologia deve ser examinada em termos de três tipos de premissas (*assumptions*): existencial, suposições sobre o que existe; proposicional, suposições sobre o que pode ser ou sobre o que será; e de valor, suposições sobre o que é bom ou desejável (FAIRCLOUGH, 2003, p. 56). As premissas ou significados assumidos são de particular importância ideológica, porque, como foi argumentado, as relações de poder são melhor servidas por significados que são amplamente tomados como dados.

Esboçada a concepção de ideologia articulada pela ADC, passemos, então, à sua problematização.

3. Ideologia: um epifenômeno na ADC

Agora, fazemos uma breve discussão acerca de duas premissas que considero como pontos problemáticos do conceito de ideologia, à medida que, se observadas seriamente, identificam o trato da ideologia,

na ADC e, especialmente, na Teoria social do discurso, como um epifenômeno.

Primeiro, a premissa de que há uma separação entre ideologia e discurso, uma vez que “nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Essa divisão é o desdobramento de um corte epistêmico entre realidade e linguagem, que está inscrito no horizonte teórico do Realismo Crítico (RC), um dos principais arrimos da ADC. De acordo com o modelo de estratificação da realidade desenvolvido por Bhaskar (1998), que define o mundo real em três domínios ontológicos, a realidade (o potencial) não pode ser reduzida a nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14). Nessa perspectiva, o real é um domínio autônomo, que só poder acessado, indiretamente, a partir dos domínios actual, que é ativação das possibilidades do real, e empírico, que envolve as experiências dos atores sociais. Segundo a concepção transformacional de constituição da sociedade, a estrutura social não é criada por pessoas, mas é “tanto a condição sempre presente (causa material) quanto o resultado continuamente reproduzido da agência humana” (BHASKAR, 1998, p. 37). Logo, a realidade (social) só é acessível pelo que se sabe dela, e esse saber é necessariamente mediado. Um dos elementos que fazem tal mediação é a ideologia.

Ocorre que, para a ADC, a ideologia é distinta da linguagem ou do discurso. Há, aqui, duas incongruências. Primeiro, um desacordo epistemológico entre, de um lado, a visão transformacionista de realidade, proposta no RC, e, de outro lado, a visão construtivista-interacionista de realidade social, presente na teoria pós-estruturalista de Laclau e Mouffe e segundo a qual o mundo real “trata-se ainda e sempre de símbolos, e de símbolos organizados na linguagem” (LACAN, 2005, p. 22).⁶ Ambas as visões estão presentes na base

6. As noções de Real, de Simbólico e de Imaginário sofrem uma série de transformações ao longo da obra intelectual do filósofo francês J. Lacan e do amadurecimento da leitura que faz de S. Freud, desde os primeiros escritos publicados por volta de 1936, com o projeto iniciado com a tese de doutorado “Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade”, aos últimos textos do final da década de 1950.

do empreendimento da ADC ⁷. Segundo, um paradoxo em relação à existência de discursos não investidos ideologicamente. Se se acredita nessa ideia, então se afirma que há usos da linguagem imunes às relações de poder envolvidas e, sem exageros, constitutivas das interações sociais. Em outras palavras, diz-se que há sentidos intactos ao próprio contexto que os torna possíveis. Para o filósofo esloveno S. *Žižek* (2011), a ideologia é uma fantasia que estrutura a realidade social, um espectro que constrói as relações sociais ao mascarar o antagonismo que constitui e impossibilita a sociedade, ao qual Laclau e Mouffe (1987, p. 323) chamam “uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada”. Assim, para os autores mencionados, todo discurso é ideológico e constitutivo da realidade.

O segundo problema que gostaríamos de expor diz respeito à premissa de que são ideológicos somente os discursos articulados para sustentar relações assimétricas de poder.

Lembremos que a ideologia é situada na ADC como uma dimensão da hegemonia (FAIRCLOUGH, 2003), de maneira tal que não se deve pensar a primeira desvinculada da segunda. Lembremos também que o conceito de hegemonia mobilizado na disciplina é uma apropriação da concepção formulada por Laclau, em especial, e por Mouffe. Com base nas noções de: sobredeterminação, lançada por Althusser, que significa um tipo de fusão particular que supõe formas diversas de (re)simbolização da complexidade social; de hegemonia como “domínio e direção intelectual e moral”, discutida por Gramsci (2002, p. 62); e de visão performativa de linguagem, conforme argumentam L. Wittgenstein e J. Derrida, Laclau compreende a luta hegemônica como “lógicas de equivalência e de diferença” (LACLAU, 2011, p. 23) que tecem a realidade social. Nessa perspectiva, não é possível uma sociedade que supere (ou se emancipe dos) processos ideológicos, tanto quanto não o é a linguagem dos sujeitos que a (trans)formam.

7. Esta questão é discutida detalhadamente pelo linguista Emanuel Gomes em seu trabalho de dissertação “A constatação da corrupção enquanto a performatização de um discurso: uma análise de reportagens de VEJA em casos de corrupção política” (UECE, 2013). Ver referência.

Se a ADC está preocupada com os tipos de relações assimétricas de poder que tornam as sociedades contemporâneas injustas, discriminatórias e perversas, sob distintos aspectos, e, por isso, está interessada na “produção de conhecimento que pode levar a uma mudança emancipatória” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 210), a ideologia é, portanto, uma das palavras-chave que justificam a crítica dessa análise de discurso. No entanto, o conceito é marginalizado na ADC e na Teoria Social do Discurso, quando traz, em si, algumas premissas que estão em dissenso com parte da base epistemológica que subjaz à disciplina e que podem prejudicar o seu projeto político de mudança social.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26) concebem a ideologia como representações do mundo “que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a certos interesses e projetos de dominação”. Na perspectiva da ADC, o termo é tomado como dimensão ou tema de análise, uma modalidade de poder cuja investigação serve para enxergar, compreender e superar a (re)produção de relações de poder, que são apresentadas de forma obscura ou ilusória. Assim, a ideologia é o sentido mobilizado para sustentar relações de poder, que preexistem aos efeitos ideológicos de textos. Nessa direção, a ideologia não é um fenômeno mesmo de construção da realidade social e das relações de (lutas pelo) poder que a constituem como tal, mas um elemento secundário de investigação que acusa as assimetrias nas sociedades, um epifenômeno.

4. A prática ideológica na e da ADC: a crítica (alheia) à ideologia

Não há dúvida de que, para a ADC, ideologia e crítica possuem naturezas absolutamente distintas, opostas. De um lado, a ideologia diz respeito a formas simbólicas que estão a serviço das pessoas e dos grupos dominantes. Ela é, de acordo com essa concepção, hegemônica, no sentido de que se presta à reprodução da ordem social que favorece determinados segmentos na sociedade. De outro lado, há

as intervenções desafiadoras, que transformam, em alguma medida, o *status quo*. Estas formas simbólicas contestatórias, conforme se projeta a prática da análise de discurso interpretativa da ADC, são “formas incipientes da crítica da ideologia” (THOMPSON, 1995, p. 91).

Como esclarece Fairclough (2003), a lógica interpretativa da análise crítica da ADC consiste-se de dois elementos: o entendimento e a explicação. O primeiro relaciona-se ao princípio de que qualquer texto pode ser entendido de modos diferentes, dado que os “diferentes entendimentos do texto resultam de diferentes combinações das propriedades do texto e das propriedades (posicionamento social, conhecimentos, valores, etc.) do intérprete”. Assim, parte da análise feita pela ADC é análise de entendimentos, de modo que ela não preconiza um entendimento particular de um texto. A explicação, por seu turno, localiza-se entre as linguagens interna e externa da descrição, conforme distinção elaborada por Bernstein:

a primeira refere-se às propriedades do enquadre teórico em si, “a sintaxe pela qual uma linguagem conceitual é criada”, tal como o enquadre da ADC; a segunda relaciona-se aos conceitos do enquadre para o material empírico, construindo, assim, o objeto de pesquisa (quais as relações relevantes para a análise), seu funcionamento (como essas relações se articulam) e suas potencialidades (não apenas seus efeitos reais, mas também suas funções potenciais) (BERNSTEIN, 1996, p. 135).

Observemos, então, que a explicação é o processo pelo qual a linguagem conceitual ou interna é usada para redescrever materiais empíricos específicos, no caso, os textos. Desse modo, a lógica da análise crítica é relacional/dialética, pois é orientada para avaliar como o momento do discurso funciona dentro da prática social, do ponto de vista de seus efeitos nas lutas de e pelo poder e nas relações de dominação. No que diz respeito à crítica ou interpretação da ideologia, Fairclough (2003) é bastante claro ao afirmar: “interpretar textos ideologicamente não é uma parte dos entendimentos dos textos, mas uma parte da explicação, que envolve localizar textos na prática social, em parte, por referência à categoria teórica da ideologia”. Trata-se

de uma crítica (alheia) à ideologia. Notemos, portanto, que a prática da análise de discurso da ADC envolve-se com processos ideológicos, somente em termos de uso da categoria analítica de ideologia, não a partir de uma compreensão mais ampla do termo, em virtude da qual se deve reconhecer a crítica como não menos ideológica do que aquilo que ela denuncia.

É certo sublinhar, em contrapartida, que a não assunção, pela ADC, de sua prática de análise de discurso como ideológica justifica-se pela definição de ideologia de que lança mão, isto é, como sentidos articulados para manter distintas formas de dominação e, portanto, de exclusão, de injustiças e de discriminações numa sociedade. De acordo com esta visão de ideologia, restrita e convencional, a ADC, claro, não poderia reconhecer-se como ideológica, uma vez que abraça um projeto político de emancipação social, seguido por muitos pesquisadores da área. Porém, é exatamente esta proposta de mudança mais radical que fica prejudicada, quanto à sua viabilidade, no momento em que a ADC articula a concepção negativa e epifenomênica de ideologia,

Assim, procurando dar alguma contribuição ao desenvolvimento de uma discussão mais séria acerca do fenômeno da ideologia na ADC, apresentamos, a seguir, duas importantes reflexões que têm pensado a sociedade, cada um a seu modo, em termos de uma crítica radical: a tese da impossibilidade da sociedade de Ernesto Laclau, em co-autoria com Chantal Mouffe, e o comunismo de Slavoj *Žižek*. Os autores propõem debater a linguagem e a realidade social, invocando dois conceitos que, de modo tão crucial, foram fatalmente alienados, cesurados do movimento contestatório da ADC: política e ideologia.

4.1 Política e lógica hegemônica

E. Laclau radicaliza a Desconstrução e o Pragmatismo, a ponto de aproximá-los da principal categoria, segundo o pensamento laclauiano, para a reflexão da sociedade atual: a lógica da hegemonia. A tradição de pensamento iniciada por Laclau e Mouffe compreende a realidade social orientada pela visão performativa de linguagem, desenvolvida por filósofos como Wittgenstein e Derrida. Com base na

crítica de Althusser à categoria hegeliana de totalidade, que identificava as diferenças como mediações necessárias para o autodesenvolvimento de uma essência, Laclau e Mouffe apropria-se da categoria de sobre-determinação, que “significa um tipo de fusão particular que supõe formas diversas de (re)simbolização” (ALTHUSSER, 1969, p. 203), para desenvolver uma definição das relações sociais em termos simbólico-discursivos.

Uma vez que “o caráter simbólico, isto é, sobre-determinado, das relações sociais implica que estas carecem de uma literalidade última, que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 111), não há possibilidade de fixação de um sentido literal. Nessa perspectiva, a sociedade é uma organização sempre aberta, uma totalidade impossível, que não existe senão a partir de práticas articulatórias, que “estabelecem relações entre elementos, cujas identidades modificam-se como resultado dessas práticas” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 176). À totalidade dessas práticas, os autores chamam discurso. Neste momento, Laclau lança mão da psicanálise lacaniana, argumentando que a organização das sociedades e a construção das subjetividades não podem ser dissociadas das relações materiais e simbólicas de constituição da realidade: trata-se “ainda e sempre de símbolos, e de símbolos organizados na linguagem, portanto, funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é o equivalente da estrutura da linguagem” (LACAN, 2005, p. 22).

Partindo desse ponto, para pensar a transformação social, de acordo com o projeto de democratização radical sugerido pelos autores, é preciso ampliar a Desconstrução e o Pragmatismo. Tal expansão é altamente relevante para duas dimensões do político, em oposição ao social, que têm sido destacadas, acertada e demasiadamente, na teoria política contemporânea: primeiro, a noção do político como momento instituinte da sociedade; segundo, o caráter incompleto de qualquer ato de instituição política. Esses aspectos dizem respeito à desessencialização do social, dado que a sociedade não é mais concebida como unificada por uma lógica endógena, e à sua reativação pela referência ao momento político

de sua instituição originária, uma vez que não há um lugar de onde um *fiat* soberano possa ser pronunciado. Disso, implicam-se a politização da vida contemporânea, para muito além dos limites da política tradicional, e a descentralização da sociedade, com a produção contingente do laço social. Por um lado, a radicalização da desconstrução alarga, então, o campo da indecidibilidade estrutural, isto é, da experiência daquilo que, embora heterogêneo, alheio à ordem do calculável e da regra, é ainda obrigado a tomar uma decisão impossível, tendo em vista as leis e as normas vigentes (DERRIDA, 1992). Por outro lado, a radicalização do pragmatismo amplia as possibilidades de redescrições contínuas de pensamentos e de eventos e evidencia os antagonismos e as relações de poder inerentes à constituição discursiva da realidade.

4.2 Ideologia e antagonismos sociais

Ao discutir essas mesmas questões, **Žižek** segue, no entanto, uma trilha própria. Enquanto Laclau reflete sobre a sociedade, a partir do vocabulário derridiano, em termos de indecidibilidade e decisão, **Žižek** considera-a a partir das noções de realidade e de real. A indecidibilidade, definida como o sistema de diferenças mesmo da estrutura, assemelha-se relativamente à ideia de que “não existe realidade sem o espectro” (ŽIŽEK, 1996, p. 26). Para **Žižek**, o espectro é a ideologia, a construção de uma fantasia que funciona como esteio à própria realidade, pois se dá como uma simbolização que estrutura as relações sociais. A decisão, por seu turno, descrita como o momento de loucura (KIERKEGAARD, 1939), aproxima-se do modo como **Žižek** concebe a experiência do real como “um ato (maluco), que muda as coordenadas ‘transcendentais’ básicas de um campo social” (ŽIŽEK, 2011, p. 45).

Não à toa, ambos os autores compreendem o espaço da mediação entre, de um lado, a indecidibilidade ou a realidade e, de outro, a decisão ou o real como o da constituição do sujeito, seja ele aquele que toma uma decisão no terreno do indecidível ou a partícula de liberdade que age sobre a realidade, alterando-a. **Žižek** e Laclau

radicalizam suas críticas, assim, rumo ao alargamento do horizonte transcendental da política, convidando-nos a pensar não somente as escolhas existentes, mas as coordenadas do que tornam estas e uma pluralidade de outras opções possíveis.

No entanto, se observarmos bem, o filósofo esloveno, quando concebe a relação entre o real e a realidade como o “espaço para o performativo, em sua oposição ao constativo” (ŽIŽEK, 2011, p. 37), entende que esse contato é uma defasagem entre os polos, que se ligam, então, de forma relativamente direta, ao contrário do argumento de Laclau, que concebe a indecidibilidade, a universalidade da estrutura como absolutamente intangível ao sujeito. Žižek defende que o espectro da ideologia não oculta a realidade, mas “seu recalçamento primário, o X irrepresentável em cujo ‘recalçamento’ fundamenta-se a própria realidade” (ŽIŽEK, 1996, p. 26).

Considerações finais

Por fim, devemos encerrar este trabalho argumentando que os problemas sociais são, aos nossos olhos, também discursivos. Por isso, faz-se tão necessário e urgente compreender o fenômeno linguístico como uma forma de agir no mundo, uma vez que esse caráter, ideológico e político, que o torna perigoso, potencializando-o da capacidade de gerar discriminações e violências, também o faz tão poderoso quanto nas lutas contra essas mesmas relações de opressão e de exclusão.

Assim, se a linguagem é ideológica e política, sua crítica não é menos. É preciso estar atento às implicações, para além dos limites das ciências linguísticas, da promoção de análises de discurso que não reconhecem sua própria prática como ideológica e política. Como vimos, há uma necessidade urgente de redescrever a crítica da ADC, bem como de outras abordagens do discurso, em termos de uma visão construtivista-interacionista da realidade. Somente a partir disso, é possível e viável o projeto de emancipação social e política articulado na disciplina.

Compreender que a ideologia é um fenômeno criativo e criador da realidade e da sociedade como tal e que nenhuma prática de intervenção e de contestação está alheia ao que denuncia e ao que procura transformar é o primeiro passo em direção a uma ação político-social mais ampla e eficaz das pesquisas desenvolvidas na ADC. É o primeiro passo rumo a práticas mais consequentes, em termos éticos e políticos, e mais sérias, especialmente em relação àqueles que estão marginalizados econômica, social e culturalmente e privados também de uma linguagem a partir da qual se torna possível, para eles, reconstituírem suas vidas. Afinal, são estes os sujeitos com quem a ADC compromete-se.

Recebido em: julho de 2013
Aprovado em: setembro de 2013
mariaeduardagp@gmail.com
claunoce@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BHASKAR, R. *The possibility of naturalism*: a philosophical critique of the contemporary human sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/110720766/Roy-Bhaskar-the-Possibility-of-Naturalism> >. Acesso: 26 jul. 2013.

CHAGAS, E.; REDYSON, D.; de PAULA, M. (Orgs.) *Homem e natureza em Ludwing Feuerbach*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*: rethinking critical discourse in analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. New York: Longman, 1989. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/52576651/Language-and-Power-by-Norman-Fairclough> >. Acesso em 13 jul. 2013.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FEUERBACH, L. *Vorlesugen über das Wesen der Religion*. Organizado por Werner Schuffenhauer. Berlin: Akademie Verlag, 1967.

GOMES, E. P. M. *A constatação da corrupção enquanto a performatização de um discurso: uma análise de reportagens de VEJA em casos de corrupção política*. Fortaleza, 2013. 170f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Seleitions from the Prison Notebooks*. London: Lawrence & Wishart, 1971.

HALLIDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (Org.) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Language Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HEGEL, G. W. F. *Jenaer Systementwürfe I*. Hamburg: Felix Meiner, 1986. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=PPmxavuHCAAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 19 jul. 2013.

LACAN, J. *O Seminário*, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *O Seminário*, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LACLAU, E. *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Debates y combates: por um nuevo horizonte de la política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. *Ideologia alemã*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigad Mores, 1999. Disponível em: < www.jahr.org >. Acesso em: 19 jun. 2013.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MULLER, J.; RICHARDSON, W. *Lacan and language: a reader's guide to ecrits*. Nova York: International Universities Press, 1982. Disponível em: < <http://bunepyzi.lo.gs/download-ebook-lacan-and-language-a-reader-s-guide-to-ecrits-a93596521> >. Acesso em: 15 jul. 2013.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Discourse: struture or event? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Orgs.). *Marxism and the interpretation of culture*. Londres: Macmillan, 1988.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução Eni P. Orlandi In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRACY, D. *Eléments d'Idiologie*. Courcier, 1817. Disponível em: < http://fr.wikisource.org/wiki/%C3%89l%C3%A9ments_d%E2%80%99id%C3%A9ologie >. Acesso em: 20 jun. 2013.

ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.